

# Geografias épicas nas obras de Jerónimo Corte-Real Alonso de Ercilla e Luís de Camões<sup>1</sup>

AUDE PLAGNARD

aude.plagnard@gmail.com

École des Hautes Études Hispaniques et Ibériques  
(França)

## RESUMO:

Que a épica portuguesa e a épica castelhana do século XVI tenham rivalizado, como, aliás, os próprios impérios, é uma ideia comum, encarnada por figuras como as de Alonso de Ercilla em Espanha e Luís de Camões em Portugal. A reflexão aqui apresentada procura reevaluar esta ideia através do estudo das descrições geográficas presentes nos poemas de Ercilla, Camões, e também de um terceiro poeta, Jerónimo Corte-Real, que escreveu sucessivamente em português e em castelhano. Através da análise das relações intertextuais que unem as suas descrições geográficas, procuramos compreender as etapas de uma evolução paralela no tratamento de problemáticas comuns a ambos os territórios: as relações das metrópoles com as colónias, as relações das colónias entre si e, finalmente, as relações entre as próprias metrópoles.

**PALAVRAS-CHAVE:** geografia épica; intertextualidade luso-castelhana; Jerónimo Corte-Real; Alonso de Ercilla; Luís de Camões

## ABSTRACT:

It is a common idea that Portuguese and Spanish epics were rivals, as much as their respective empires. We are trying here to reconsider this idea by studying the geographic descriptions in Alonso de Ercilla (Spain) and Luís de Camões (Portugal), and also in the epics of a third poet, Jerónimo Corte-Real, that alternatively composed in Portuguese and in Spanish. The analysis of the intertextual relationships between these geographical descriptions helps to understand the different steps of parallel evolutions in the treatment of some common territorial problems: the relationships between the metropolis and their colonies; the relationships between the colonies; the relationships between the metropolises themselves.

**KEYWORDS:** epic geography; luso-spanish intertextuality; Jerónimo Corte-Real; Alonso de Ercilla; Luís de Camões

<sup>1</sup> Agradeço a ajuda e os conselhos de Mercedes Blanco, Hélio Alves, Raquel Schefer, Hélder Cadaval e Paulo Teodoro de Matos na composição e na redação deste artigo, assim como à Associação Internacional de Lusitanistas e ao St Peter's College o seu recebimento em Junho de 2013.

Data de receção: 01/12/2014

Data de aceitação: 29/05/2015

A existência de uma prática comum da poesia épica em Portugal e em Espanha durante o Renascimento é uma hipótese que já foi explorada por alguns investigadores com resultados estimulantes, permitindo pensar mais além da perspectiva nacional que muitas vezes adopta a crítica<sup>2</sup>. Desde o início da épica histórica em Portugal, poemas portugueses cruzaram-se com poemas em castelhano. Hélio Alves mostrou já que não podemos entender *Os Lusíadas* sem tomar em conta o poema de Jerónimo Corte-Real, o *Cerco de Diu*, terminado e difundido na corte portuguesa possivelmente no final da década de 1560 (CORTE-REAL, ca. 1569)<sup>3</sup>. Reciprocamente, há alguns poemas da década de 1570 que não podemos entender sem a influência d’*Os Lusíadas*. Como exemplo, as obras de Jerónimo Corte-Real –a segunda versão do *Cerco de Diu*, impressa em 1574 (CORTE-REAL, 1574), e a *Vitória de Lepanto*, em castelhano, terminada e difundida a partir de 1575 (CORTE-REAL, 1575 e 1578)– ou, também, o poema do Espanhol<sup>4</sup> Alonso de Ercilla, a *Segunda parte da Araucana*, publicado em 1578 (ERCILLA Y ZÚÑIGA, 1578), como mostrou James Nicolopulos (2000)<sup>5</sup>. A *emulatio*, o *agôn* (ALVES, 2010, p. 161), que existiu entre os poetas castelhanos e portugueses e, como consequência da mesma, as influências que os poetas exerceram entre si quanto à *imitatio* dos modelos épicos antigos, medievais ou renascentistas fez-se de um lado e de outro da fronteira em ambas as línguas. Na perspectiva de um estudo mais completo sobre as relações de intertextualidade entre os poetas portugueses e castelhanos mencionados anteriormente –Jerónimo Corte-Real, Alonso de Ercilla e Luís de Camões<sup>6</sup>– debruçar-me-ei

2 Essas investigações seguem numerosas pesquisas sobre o bilinguismo luso-espanhol e os cruzamentos literários entre os dois países da península. Não podemos aqui referir toda a bibliografia correspondente mas sim indicar umas poucas entradas para o leitor que manifeste interesse por essas questões. Sobre o bilinguismo em Portugal, veja BUESCU, 2004; sobre o bilinguismo e as interações literárias na península, veja as contribuições reunidas em MARCOS DE DIOS, 2008; para o caso da épica, não pode ser esquecido ASENSIO, 1974. A influência espanhola sobre a criação poética portuguesa tem sido muito mais estudada do que o caso inverso, a recepção e influência da poesia portuguesa em Espanha. Nesse último aspecto, existe o estudo pioneiro de ALVES, 2014. Na minha tese de doutoramento, tentei oferecer um balance historiográfico sobre as relações literárias entre Espanha e Portugal e esboçar uma pintura da recepção cruzada da épica espanhola e portuguesa no país vizinho (PLAGNARD, 2015, capítulo 1: “L’épopée dans l’espace littéraire ibérique”).

3 Sobre a datação do *Cerco de Diu*, ver ALVES, 2001: 247-253. Sobre as relações de intertextualidade entre Corte-Real e Camões, ver ALVES, 2011a e ALVES, 2011b.

4 Nas páginas que seguem, usarei o gentilício “espanhol” para designar os súbditos da monarquia composta espanhola. Reservamos o termo “castelhano” para qualificar a literatura na língua de Castela.

5 A *Araucana* foi publicada em três partes: ERCILLA Y ZÚÑIGA, 1569, 1578 e 1589.

6 Além dos estudos anteriormente mencionados, estudei vários aspectos da intertextualidade que une os três poetas na minha tese de doutoramento (PLAGNARD, 2015).

aqui sobre um exemplo concreto: as descrições geográficas que os poetas inserem na narração épica com a finalidade de clarificar as dinâmicas e tensões territoriais existentes nos espaços em questão. As descrições geográficas, presentes na épica desde a Antiguidade, articulam-se com a geografia da diegese, aclarando-a ou glosando-a muitas vezes (DOROSZLAÏ, 1998; BLANCO, 2012a, p. 333-408). Trata-se de um dos aspectos mais trabalhados pelos poetas e em que estes mais explicitamente tentaram construir um discurso original relativamente às épicas que lhes eram contemporâneas. Ora, um estudo destes motivos mostra que, tanto em português como em castelhano, os poetas tratam problemas territoriais comuns. Partiremos do estudo de James Nicolopulos, que lê a descrição cosmográfica da *Segunda parte da Araucana* como uma resposta à de Camões, na perspectiva de uma rivalidade poética que redobraría a rivalidade entre ambos os impérios. Tendo em conta a geografia global dos relatos, assim como as relações com os poemas de Corte-Real, tentaremos reevaluar esta ideia de rivalidade e mostrar como surge, na década de 1570, uma comum preocupação pelo perigo turco no mar Mediterrâneo e pelas relações luso-espanholas.

### 1. Até às ilhas Molucas: o Cabo da Boa Esperança *versus* o Estreito de Magalhães

A geografia épica que Camões põe na boca de Tétis, no Canto x d'Os *Lusíadas*, é bem conhecida (CAMÕES, 1572: 175v-184r) e foi amplamente estudada (GIL, 1998; NICOLOPULOS, 2000, p. 236-249). Essa geografia desdobra a narração da viagem de Vasco da Gama no relato. Tal como o famoso marinheiro, passamos pela África Ocidental, pelo Cabo da Boa Esperança e pela África Oriental até chegarmos às Ilhas Molucas, e logo voltamos à África Oriental. Traça-se, assim, um mapa da expansão portuguesa até à Índia. A alusão final à América e ao Estreito de Magalhães é breve e conflituosa:

Eis aqui as novas partes do Oriente,  
Que vosoutros agora ao mundo dais,  
Abrindo a porta ao vasto mar patente,  
Que com tão forte peito navegais;  
Mas he tambem razão, que no Ponente  
Dhum Lusitano hum feito inda vejais,  
Que de seu Rey mostrando se agravado  
caminho ha de fazer nunca cuidado.

Vedes a grande terra que contina  
Vay de Calisto ao seu contrario polo,  
Que soberba a fará a luzente mina  
Do metal, que a cor tem do louro Apolo,  
Castella vossa amiga será dina  
De lançarlhe o colar ao rudo colo,  
Varias provincias tem de varias gentes  
Em ritos & custumes diferentes.

Mas ca onde mais se alarga, ali tereis  
Parte tambem co pao vermelho nota,

De Sancta Cruz o nome lhe poreis,  
 Descobri-la ha a primeira vossa frota;  
 Ao longo desta costa que tereis  
 Yrâ buscando a parte mais remota  
 O Magalhães, no feito com verdade  
 Portugues, porem não na lealdade.

Desque passar a via mais que mea,  
 Que ao Antartico polo vay da linha,  
 Dhum a estatura quasi Gigantea  
 Homens verâ, da terra ali vizinha;  
 E mais avante o estrito, que se arrea  
 Co nome dele agora, o qual caminha  
 Pera outro mar, e terra que fica onde  
 Com suas frias asas o Austro a esconde. (CAMÕES, 1572, 183v-184r, x, 138-141<sup>7</sup>)

Camões atribui aos Portugueses o descobrimento dessa terra repleta de ouro, mas vincula o seu domínio aos Espanhóis. Ao mesmo tempo, desvincula América das Ilhas Molucas: o Estreito de Magalhães desembocaria só no frio Pólo Antártico.

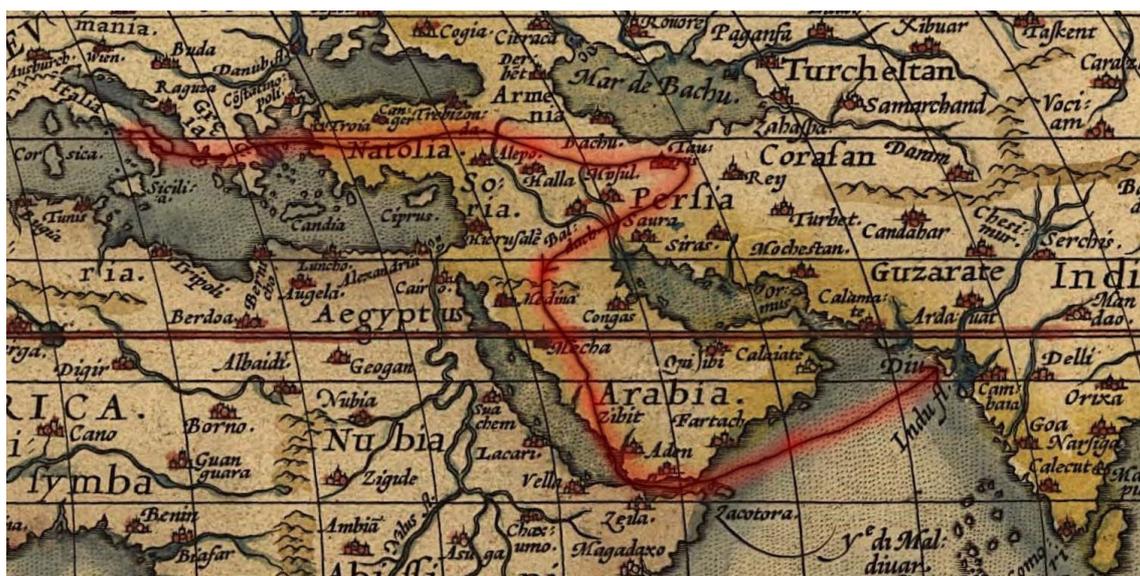
James Nicolopulos demonstrou como o poeta espanhol Alonso de Ercilla respondeu a *Os Lusíadas* na descrição cosmográfica da segunda parte da sua *Araucana*, sobre a guerra dos Espanhóis contra os Araucanos do Chile (ERCILLA Y ZÚÑIGA, 1578). No Canto XXVII (octos. 6-54) o poeta constrói uma geografia épica alternativa à do poeta português. Na bola mágica do mago araucano Fitão, partimos da Ásia, passamos por África, atravessamos primeiro a Europa, o Estreito de Gibraltar e, seguidamente, a América para, deixando para trás o Chile e o Estreito de Magalhães, chegarmos também às Ilhas Molucas (DICHY-MALHERBE, 2011). Ambos os poetas usaram o modelo cosmográfico do espanhol Juan de Mena como substrato da descrição (NICOLOPULOS, 2000, p. 249-269). E, para ambos, assume-se como fundamental o problema da expansão do Império até às ilhas produtoras de especiarias. Nicolopulos interpretou-o como uma prova da rivalidade entre os dois poetas que cantavam a grandeza de impérios rivais. Será esta *emulatio* entre poetas (só) uma questão de rivalidade imperial? Ao tomarmos em conta, no estudo desta rede intertextual, um terceiro poeta seu contemporâneo, é possível afinar esta conclusão.

## 2. O Império Otomano entre Portugal e a Índia

Quero aqui considerar a hipótese segundo a qual Jerónimo Corte-Real, outro poeta português, tinha também reagido à descrição geográfica de Camões. Na versão manuscrita do seu primeiro poema épico, o *Sucesso do cerco de Diu* –versão anterior ao poema de Camões– Corte-Real desenvolveu uma descrição geográfica que não se ocupava

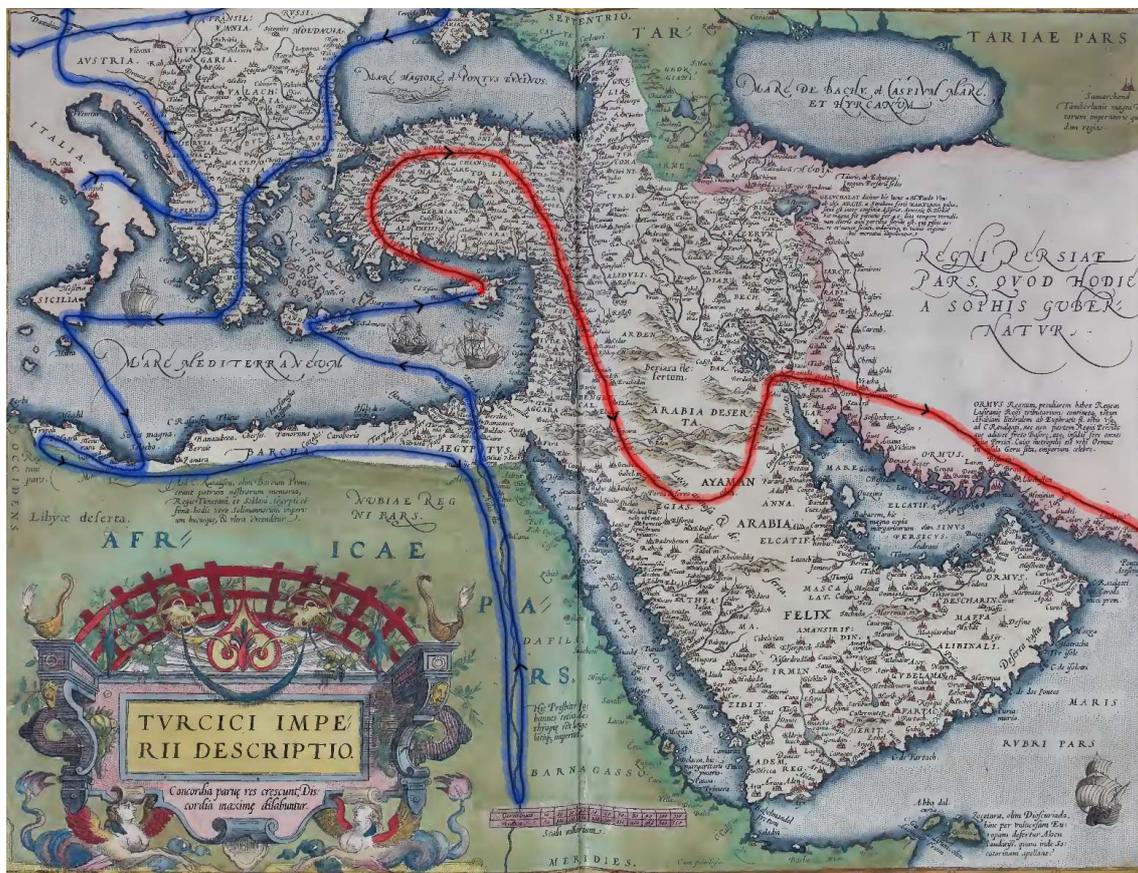
7 Em todas as citações, mantemos as grafias das edições citadas, desenvolvendo as abreviaturas e nasalações.

da Rota das Especiarias (CORTE-REAL, 1569: 139r-141v). Ao contrário, a sua rota segue o percurso de Alecto, que voa dos Infernos em Itália até Diu. A Fúria passa pelas terras da Europa Oriental, pelo Estreito de Ormuz e pela Pérsia, para chegar a Diu e aí provocar a rebelião dos soldados portugueses da fortaleza, obedecendo às ordens do deus Plutão (ver o Mapa 1).



Mapa 1

Tratava-se, portanto, da rota directa que ligava Europa à Índia e que pode recordar a velha rota mercantil entre o Oriente e o Ocidente, ainda usada, naquela época, pelo tráfego Veneziano e Otomano (BETHENCOURT e CHAUDIRI, 1998: 165). Na versão impressa do mesmo poema, publicado em Lisboa em 1574 —ou seja depois d' *Os Lusíadas* —, o poeta voltou a trabalhar essa descrição e introduziu várias modificações. Para além de descrever mais uma vez uma rota directa entre a Europa e a Índia, introduziu a visão estratégica do Norte da Europa e do Norte de África pela fúria, desde o cimo dos montes Apeninos (CORTE-REAL, 1574, p. 216-223). A descrição da rota transformava-se assim numa descrição tricontinental, determinada pela mirada de Alecto e não pela ordem canónica desde as *Etimologías* de Isidoro de Sevilla —Ásia, Europa, África (ver o Mapa 2).



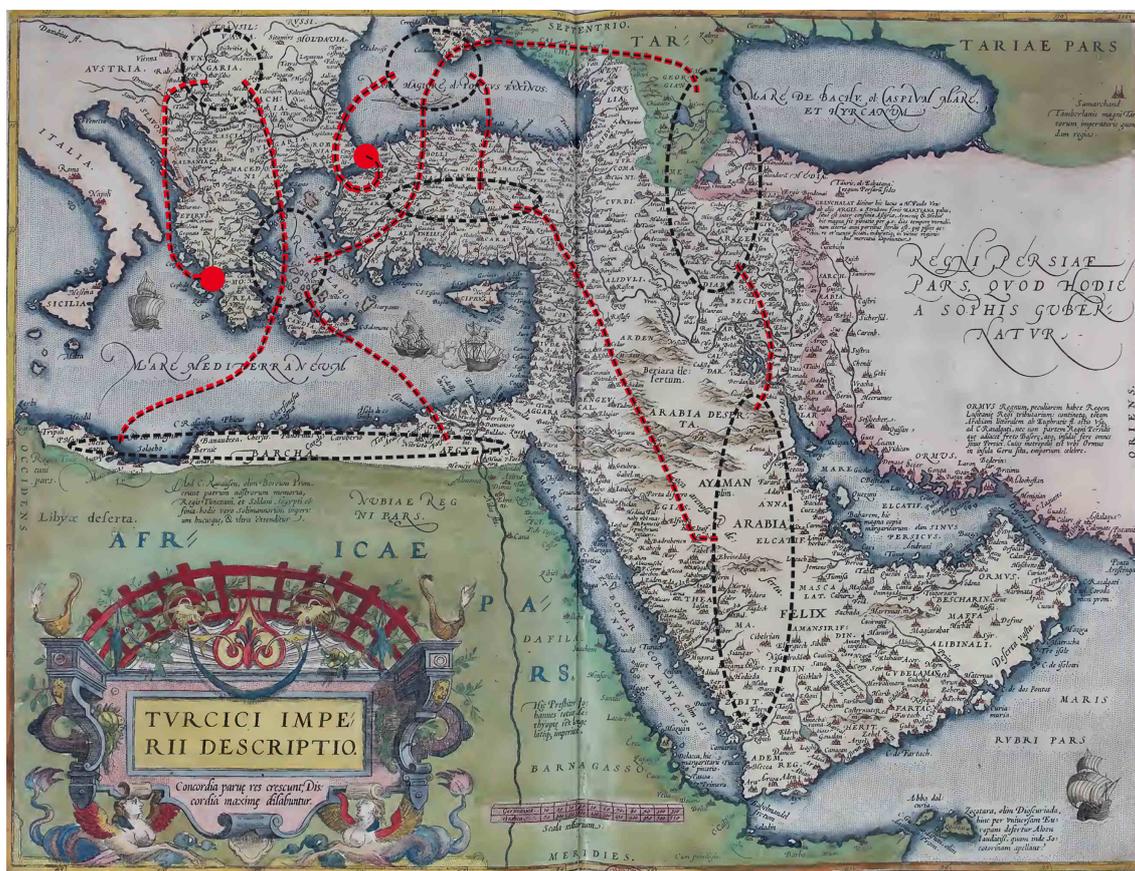
Mapa 2

A extensão da descrição até formar uma mini-cosmografia tricontinental reflecte talvez a influência do poema de Camões e a vontade de emular a cosmografia do canto x d'Os Lusíadas. Contudo, ao contrário do que aí acontece, o problema geoestratégico sublinhado por Corte-Real não é a expansão imperial, mas sim o vínculo entre a Europa e as colónias portuguesas do Estado da Índia. Entre esses dois pontos geográficos, emerge uma massa territorial que corresponde quase inteiramente ao Império Otomano, outra preocupação geoestratégica da Cristandade Europeia, especialmente no caso de Diu. De facto, os Otomanos exerciam uma pressão constante sobre essa parte do Índico a partir de Ormuz. Em 1546, muitas das tropas do cerco de Diu eram turcas (JESUS, 2012, p. 42-45) e, entre 1565 e 1575, os otomanos tinham voltado a uma política expansionista no Oriente que tinha posto em perigo as praças portuguesas do Norte da Índia (THOMAZ, 1995, p. 484-485). O interesse pelo Mediterrâneo constitui também, obviamente uma reacção à actualidade política e à sonante vitória da Santa Liga em Lepanto em 1571.

Em meu entender, o movimento geográfico e político traçado por Corte-Real até ao Mediterrâneo e à metrópole impõe-se, depois, em duas epopeias castelhanas dedicadas à temática turca após a Batalha de Lepanto.

### 3. A luta mundial da Ibéria contra os Muçulmanos

Na *Vitória de Lepanto* (CORTE-REAL, 1575 e 1578), um poema em língua castelhana sobre a recente vitória da Santa Liga contra os Turcos, dedicado a Filipe II de Espanha, Corte-Real voltou a usar o mesmo tipo de descrição, aplicando-o explicitamente, desta vez, ao Império Otomano e adoptando o ponto de vista do inimigo. No Canto I, a Alegoria da Guerra aparece ao Sultão Selim II e descreve as suas possessões para incliná-lo a atacar a Cristandade na Ilha de Chipre. Parte de Constantinopla para depois percorrer, quase em círculos concêntricos, as possessões otomanas até Lepanto, ponto de confronto entre Cristãos e Muçulmanos. Em Lepanto, o Império Otomano ameaça a Europa, separando-a também da Ásia, e separando assim Portugal das suas colónias asiáticas (ver o Mapa 3).



Mapa 3

De facto, tal explicitação do perigo Turco no Mediterrâneo implica que, neste poema castelhano, Corte-Real perca de vista as relações com as colónias portuguesas. Introduce no poema um catálogo de heróis que serviriam de modelo a D. João de Áustria. Nele encontramos, junto com os Espanhóis, vários militares Portugueses. Criam-se, assim, laços de solidariedade ibérica na luta contra os mouros.

No Canto I, a alegoria da guerra adverte a Selim que só existem dois reis temíveis entre os Cristãos, “aquecidos dos Reyes de España” (v. 156). São Filipe II de Espanha e D. Sebastião de Portugal (vv. 155-64), monarcas que nesse momento conduzem guerras, na Europa no caso espanhol e nas colónias da Índia no caso de Portugal (vv. 173-92):

Pues el Rey Lusitano está impedido  
con las continuas guerras de Oriente,  
donde sus capitanes belicosos  
grandes victorias ganan imposibles. (CORTE-REAL, 1578: 5r, I, vv. 173-6)

Assim, Corte-Real logra justificar a ausência dos Portugueses da Guerra de Lepanto e introduzir as gestas dos mesmos contra os Muçulmanos. De facto, vemo-los em acção nos Cantos IV e IX, nas suas vitórias coloniais. No Canto IV, Alí Bajá, capitão da frota turca, visita com Selim I o Templo de Marte, onde se encontram estátuas dos heróis ibéricos do século XVI. Depois dos Espanhóis, e da personagem de Luis Quijada, aio de D. João da Áustria, aparecem dezassete Portugueses, antes da evocação final da estátua de D. João e do seu escudo, no qual está representada a Batalha de Lepanto. Todos estes heróis estão associados às façanhas das guerras portuguesas no Norte de África. Essa lista interessa-nos pela presença que confere aos Portugueses e também porque se inspira numa lista de militares que já figurava no *Cerco de Diu*: D. Pedro de Meneses (vv. 530-537 e 650-657), D. João de Meneses, Conde de Tarouca (vv. 538-569), Vasqueanes Corte-Real (vv. 549-569), D. Duarte de Meneses (vv. 570-577), o Conde de Borba (vv. 578-585), D. João e D. Duarte de Meneses (vv. 594-601), Nuno Fernandes de Ataíde (vv. 602-605), D. Fernando de Noronha (vv. 614-17), D. Manuel Mascarenhas (vv. 626-637), António de Silveira e D. Francisco do Redondo (vv. 638-49).

Uma cena similar repete-se no Canto IX, quando a deusa Vénus entrega a D. João de Áustria umas armas forjadas por Vulcano. No discurso que faz ao jovem herói adormecido, cita os Portugueses como modelo:

Algunos nombraré de los famosos,  
modernos, esforzados Lusitanos,  
que en las doradas partes del Oriente  
su animoso valor es bien sabido  
y dieron con victorias admirables  
eternas alabanzas a su patria. (CORTE-REAL, 1578: 126v, IX, vv. 341-46)

Nesta nova galeria de retratos, sucedem-se os grandes nomes da Conquista da Índia: Vasco da Gama (vv. 347-362), Duarte Pacheco Pereira (vv. 363-378), Francisco d’Almeida (vv. 379-394), Afonso de Albuquerque (vv. 379-414), Nuno da Cunha (vv. 415-422), António de Silveira (vv. 423-435), Henrique de Meneses (vv. 436-448), João de Lima (vv. 448-452), João de Castro (vv. 443-454) e Luís de Ataíde (vv. 463-498). Os nove primeiros apareciam já tanto no Canto XXI do *Cerco de Diu*, como no Canto X d’*Os Lusíadas*.

Ambos exemplos têm interesse para o estudo da intertextualidade entre os poemas castelhanos e os portugueses. A apresentação em díptico das façanhas dos Portugueses na África e na Ásia encontrava personagens e episódios similares no *Cerco de Diu*. Inspirou Camões n' *Os Lusíadas* e Corte-Real voltou a usá-la na *Vitória de Lepanto*. No entanto, certos procedimentos literários d' *Os Lusíadas* influenciaram também Corte-Real, como a narração da gesta oriental por uma figura maravilhosa mitológica (Tétis, n' *Os Lusíadas*, Canto x; Vénus, na *Vitória de Lepanto*, canto ix)<sup>8</sup>. Não obstante, os filólogos nunca procuraram esclarecer estas semelhanças através de referências à tradição épica portuguesa, deixando assim virgem um amplo campo de investigação.

Estas listas ajudam-nos a pensar a mensagem geopolítica do poema. A gesta dos Portugueses na Índia é o equivalente da vitória da Santa Liga na Batalha de Lepanto: uma luta contra o inimigo Turco nos confins orientais. Assim, o relato épico sugere uma solidariedade militar e política, a existência de uma irmandade entre Espanha e Portugal que, obviamente, não era tão clara na época da Batalha de Lepanto. Ora, o mesmo horizonte mundializado e uma vinculação similar com o Mediterrâneo aparecem na *Segunda parte da Araucana*.

#### 4. Lepanto como chave de um império mundial

Nos Cantos xxiii e xxiv, Ercilla narra a Batalha de Lepanto, acontecimento distante do relato principal tanto espacial como temporalmente (estamos no Chile em 1557). A profecia da batalha vitoriosa de D. João de Áustria, pouco antes cantada por um poeta português, não poderia desaparecer do poema de Ercilla. No canto xxiii, o soldado Ercilla, longe dos seus, aventura-se num bosque, de onde por fim é levado à caverna de um velho e sábio mago araucano, Fitão. A primeira visão da testemunha Ercilla, na bola de cristal do mago, é o lugar da batalha, identificado imediatamente como Áccio, pela famosa batalha entre Júlio César e Marco António (oct. 77). A bola de cristal do mago araucano detém portanto o mesmo papel que o escudo de Eneias (*Eneida*, VIII, 626-731), suporte da *ekphrasis* virgiliana da batalha de Axium, e, através dele, do escudo de Aquiles, “cosmic icon, or representation of the universe” (NICOLOPULOS, 2000: 214). Dentro desse marco cósmico, Axium era o lugar de confronto entre o Oriente e o Ocidente decisivo para a grandeza do Império Romano<sup>9</sup>. Da mesma maneira, na *Araucana*, Lepanto é a chave para a dominação do mundo contemporâneo pelo Oriente ou pelo Ocidente, como o prova a exclamação de Alí Bajá, no discurso às suas tropas antes da batalha:

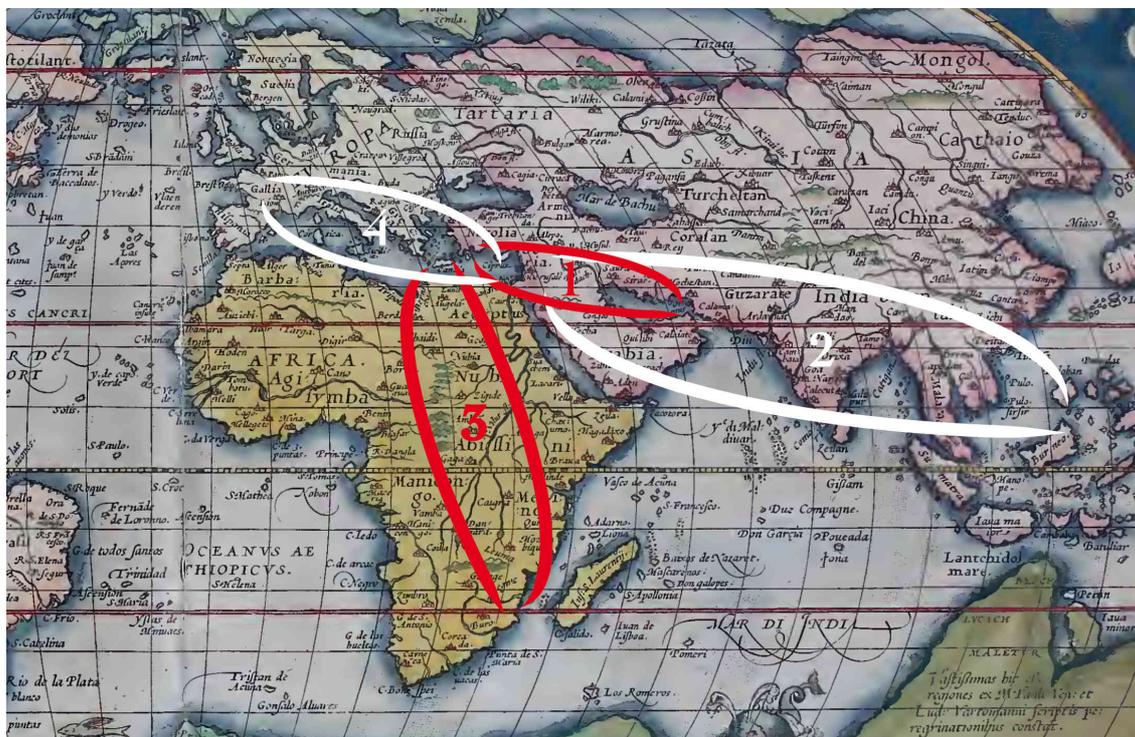
8 No *Cerco de Diu*, Corte-Real tinha usado a figura maravilhosa do Merecimento, em forma de prosopopeia. Procurei apresentar com mais detalhes uma possível influência de Camões no artigo PLAGNARD, no prelo.

9 O motivo também aparece, de forma ainda mais estruturante, na *Vitória de Lepanto*, XII, f 157r.

Abrid pues, y romped por essa gente,  
 echad a fondo ya el poder Christiano,  
 tomando posesión de un golpe solo  
 del Gange à Chile, y de uno al otro Polo. (ERCILLA, 1578: 104r, XXIV, 36, vv. 5-8)

A batalha contra os Turcos poderia constituir o fim de todo o Império Espanhol — da mesma maneira que, na *Primeira parte* do poema, os Araucanos tinham pretendido levar a sua vingança até à destruição de Espanha (III, 75 e VIII, 16). Desta vez, a revelação pelos atributos do mago araucano leva os Espanhóis à vitória. Este Império Espanhol inclui a Ásia portuguesa com o Rio Ganges. Outro conflito, mais próximo da metrópole, determina os assuntos do Chile. A passagem é fundamental para a construção de uma visão cosmográfica da monarquia espanhola na obra de Ercilla.

Ora, o Mediterrâneo aparece mais uma vez na *Segunda parte da Araucana* na descrição cosmográfica do globo de Fitão, no Canto xxvii. É, inclusivamente, o ponto central da primeira parte da descrição (ver o Mapa 4). Saímos de Calcedónia no Estreito do Bósforo, passamos pela Ásia Menor até ao Eufrates, pelo Mar Persa, pela Palestina, Jerusalém, o Mar Mediterrâneo, o mar Roxo, Ormuz, as três Arábias e, logo, rumamos até a Leste, à Pérsia, Índia, Catai, China, até “la apartada / Taprobana famosa, antiguamente / término y fin postrero del Oriente” (octs. 6-10). Voltamos directamente à Trazpizonda, Cólquida, Arménia, ao Mar Cáspio e à Assíria, passando para a África Austral. Subindo pelas nascentes do Nilo, chegamos em seguida ao Cairo (oct. 21); desde este ponto, percorremos a Costa Norte de África até Tripoli, Tunes e Cartago, chegando depois à Sicília e logo à Europa (octs. 23-25). Depois de Itália, França, o Norte da Europa e depois da descrição da Grécia, afloramos outra vez o Mediterrâneo com a Macedónia, a Moreia, Cândia, Chipre, Rodes e a Judeia (octs. 25-29). Embora nenhuma alusão explícita aos Turcos apareça na descrição, fica claro que o Mar Mediterrâneo se encontra no centro do mapa, como um centro de gravidade em torno do qual a exploração pode estender-se. Inclusivamente na zona Mediterrânea, Ercilla parece atraído pela costa oriental, na zona da Judeia. O movimento para o Chile parte deste centro de gravidade. É também o teatro de outro episódio fictício da *Terceira parte* do poema que questiona directamente a compreensão do conflito chileno.



Mapa 4

### 5. A viagem pacífica de Dido pelo Mediterrâneo

Na *Terceira parte da Araucana*, cerca de onze anos depois, Ercilla voltou a evocar o Mediterrâneo noutro episódio secundário: o relato da morte da Rainha de Cartago, Elisa Dido, na tradição justiniana do mito (ERCILLA Y ZÚÑIGA, 1589, Canto xxxii-xxxiii), isto é, a tradição histórica, ao contrário da tradição fabulosa e amorosa de Virgílio (LIDA DE MALKIEL, 1974, p. 57-66 e 127-138; BLANCO, 2012b, p. 261-262). Mais uma vez, falamos do Mediterrâneo e dos inimigos de Roma. E, mais uma vez, a digressão é concebida pelo poeta como uma mudança de lugar exigida pela narração:

Viendo que os tiene sord[o] y atronado  
 el rumor de las armas inquieto,  
 siempre en un mismo ser continuado,  
 sin mudar són ni variar sujeto;  
 por espaciar el ánimo cansado  
 y ser el tiempo comodo y quiêto,  
 hago esta digression, que a caso vino  
 cortada a la medida del camino. (ERCILLA, 1589, 393 [f. D5r], xxxii, 51)

Ao nível formal, a viagem ou a descrição segue o modelo geográfico do *Cerco de Diu* de Corte-Real, determinado pela rota das personagens até conformar uma topografia. Ao fugir do irmão, a rainha segue uma determinada rota no Mediterrâneo. Primeiro, viaja para Chipre (oct. 90), onde recolhe oitenta virgens para povoar a sua

futura cidade. E, depois, toma a “via da África ao ponente” (oct. 91), ao final do Canto xxxii. No início do canto seguinte:

La Reyna viento en popa navegava,  
como dixe, la buelta del Poniente,  
tocando con sus naves y galeras  
en algunas comarcas y riberas.

Torcio el curso a la diestra bordeando,  
de las vadosas Sirtes recelosa,  
y a vista de Licudia<sup>10</sup> atravessando,  
corrio la costa de Africa arenosa;  
y siempre tierra a tierra navegando,  
passó por entre el Ciervo<sup>11</sup> y Lampadosa<sup>12</sup>,  
llegando en salvo a Tunes con la armada,  
por el fatal decreto alli guiada. (ERCILLA, 1589, 399v, xxxiii, oct. 4 e 5)

As precisas indicações topográficas delineiam um mapa e uma visão parcial em movimento do Mar Mediterrâneo. Ora, esse mapa também se relaciona com os Turcos. Karina Galperín mostrou que a descrição convoca os lugares mais emblemáticos dos confrontos entre Espanha e o Império Otomano no século XVI: a Ilha de Chipre, conquistada em 1571; perto, a Ilha de Malta, atacada em 1565; Yerba, perto de Tripoli, conquistadas por Dragut entre 1556 e 1560; finalmente, Tunes, conquistada por Carlos V em 1535, retomada pelos Turcos em 1570 e atacada em vão por D. João de Áustria em 1573 (GALPERÍN, 2009, ver o Mapa 5).



Mapa 5

Assim, a viagem de Elisa Dido na costa de África faz pensar nos confrontos com os Turcos, sobretudo quando Ercilla utiliza topónimos modernos. Contudo, julgo que não podemos entrever nessa visão geográfica do Mediterrâneo uma preocupação semelhante com o perigo turco.

De facto, Dido é apresentada no poema como *parangone* da virtude feminina demonstrada pelas mulheres araucanas, e, enquanto chefe de governo, como *parangone* do

10 Licodia Eobea em Sicília.

11 Djerba.

12 Ilha próxima das costas tunisinas, a Oeste da Ilha de Malta.

bom governante. A rainha é o modelo sugerido pela actuação da jovem Lauca no Canto xxxii. Dessa forma, provoca a admiração e promove a pacificação. Além disso, Ercilla escolheu, entre as duas versões do mito de Dido, aquela que não implicava relações de ódio e de vingança com inimigos europeus. O que acontece se Dido é a Dido de Justino, uma Dido de paz e virtude? No meu entender, o poeta constrói ao longo do texto uma analogia entre Roma e Espanha, por um lado, e entre Cartago e a Araucania por outro. Poderíamos sintetizar a mensagem da seguinte forma: da mesma maneira que uma alternativa pacífica era possível para o conflito entre os Romanos e os Cartagineses, graças à virtude de Dido, também uma alternativa pacífica seria possível para a contenda entre os Espanhóis e os Araucanos, graças a virtude deles. Efectivamente, a ideia da Guerra de Arauco como conflito civil e a necessidade de abandonar a política de violência militar faz-se cada vez maior no poema a partir do fim da *Segunda parte*<sup>13</sup>.

Qual a razão desta deslocação e da evolução da problemática geoestratégica que percebemos tanto na *Felicissima vitória* como na *Segunda parte da Araucana*? Possivelmente, as tensões entre Espanha e Portugal tinham-se já imposto como uma questão decisiva no cenário político depois da guerra de 1580.

## 6. A incorporação de Portugal como justo castigo de uma rebelião

Efectivamente, na nova geografia da *Terceira parte da Araucana*, emerge também um novo cenário: o cenário português. Se, na *Vitória de Lepanto*, a possibilidade de um combate conjunto entre Espanha e Portugal era ainda uma proposta latente, no poema de Ercilla, já depois de constituída a incorporação de Portugal à coroa espanhola, torna-se numa reflexão explícita sobre as relações entre os reinos irmãos. As trinta primeiras oitavas do último canto centram-se no problema jurídico da legitimidade da rebelião portuguesa e da resposta militar de Filipe II. O meu propósito não é voltar aqui aos pormenores jurídicos da reflexão (AQUILA, 1975; MARTÍNEZ, 2010). Limitar-me-ei a articular os termos da reflexão final com os da *Primeira parte da Araucana*. No fim do Canto I, Ercilla evocava a causa da rebelião nativa – a exploração dos indígenas nas minas de ouro do reino. Indicava também como razão do êxito da rebelião a demora de Valdivia em dar castigo aos rebeldes:

13 Culmina com o episódio de Cariolano no canto xxviii: o respeito permite a Ercilla ganhar a lealdade do guerreiro araucano.

Dissimulose aquel atrevimiento  
 y con esto crecioles la osadia  
 [...]
 Principio fue del daño no pensado  
 el no tomar Valdivia presta emienda,  
 con exemplar castigo del estado  
 pero nadie castiga en su hazienda.  
 (ERCILLA, 1569, p. 25, I, 71, v. 5-6 e 72, v. 1-4)<sup>14</sup>

No prólogo do Canto IV, uma reflexão jurídico-política esclarece a sanção do poeta. A clemência do governante implica também a capacidade para castigar em devido tempo os actos condenáveis (IV, oct. 1-5). Resume-se no seguinte dístico :

[...] la llaga que al principio no se cura,  
 requiere al fin mas aspera la cura. (ERCILLA, 1569, p. 89, IV, 1, vv. 7-8)

O mau exercício da clemência, no caso da *Araucana*, deve-se à ausência física do Rei :

Solo dire que es opinion de sabios,  
 que a donde falta el Rey sobran agravios. (ERCILLA, 1569, p. 90, IV, 5, vv. 7-8)

Ora, no caso da guerra com Portugal, a correcta gestão do conflito e o justo exercício da clemência são garantidos por Filipe II. Durante quinze oitavas, Ercilla descreve a arbitragem entre clemência e firmeza, a primeira temperando a segunda, que permite ao rei actuar com justiça. O rei, neste caso Filipe II, é quem deve tomar a decisão justa de reprimir:

Y pues del Rey como cabeça pende  
 el peso de la guerra y grave carga,  
 y quanto daño y mal della depende  
 todo sobre sus hombros solo carga;  
 deve mucho mirar lo que pretende,  
 y antes que de al furor la rienda larga  
 justificar sus armas prevenidas,  
 no por codicia y ambicion movidas.

Como Felipe en la ocasion presente,  
 que de precisa obligacion forçado,  
 en favor de las leyes justamente  
 las permitidas armas à tomado;  
 no fundando el derecho en ser potente,  
 ni de codicia de Reynar llevado,  
 pues se estiende su certo y monarquia  
 hasta donde remata el Sol su via. (ERCILLA, 1589, 423v, XXXVII, 13-14)

O Rei, movido pela clemência, concedeu aos rebeldes o tempo necessário para mudar os seus propósitos e abandonar a rebelião até que a sua obstinação impôs o castigo. Assim,

14 Cito a edição de 1590 (ERCILLA Y ZUÑIGA, 1590) a través do exemplar BNE, Ri. 129.

No manchará esta sangre su clemencia,  
 sangre de gente perfida enemiga,  
 que si el delito es grave y la insolencia,  
 clemente es y piadoso el que castiga;  
 perdonar la maldad es dar licencia  
 para que luego otra mayor se siga,  
 cruel es quien perdona a todos todo,  
 como el que no perdona en ningun modo. (ERCILLA, 1589, 424v, XXXVII, oct. 19)

Apresentando a contenda luso-espanhola como um conflito civil e o castigo militar da rebelião como uma prova da clemência e da prudência do monarca, Ercilla cria um contraponto à “cobiça”<sup>15</sup> e à maldade dos Espanhóis do Chile e à sua incapacidade para castigar a rebelião. De facto, aquando da conclusão do poema, a incorporação de Portugal à coroa Espanhola é apresentada como mais heroica –sem dúvida por parecer mais justa e bem-sucedida– do que a Guerra de Arauco. Esta nova preocupação territorial impõe-se finalmente às temáticas coloniais e apresenta a guerra luso-espanhola sob novas coordenadas: como uma rebelião civil que tem pouco em comum com a rivalidade imperial.

### Conclusão

Poderia parecer que o género épico, no século XVI, foi o lugar de reflexões imperiais determinadas pela língua usada e pela nação do autor –por exemplo, quando Camões e Ercilla mostram as dinâmicas de expansão opostas das suas nações através dos *mapamundi*. Contudo, a afirmação do perigo turco, depois da Batalha de Lepanto, incitou os poetas a considerar com novos olhos a relação entre os reinos peninsulares e os territórios ultramarinos, assim como com outras monarquias cristãs. Pouco a pouco, os poetas começaram a pensar a forma como os impérios poderiam articular-se entre si contra o comum inimigo. No fim da década de 1580, chegaram a considerar directamente as formas de relacionamento entre as duas coroas ibéricas. Para Corte-Real, a solução poderia ter sido a luta comum contra os Muçulmanos representada na *Vitória de Lepanto*. Para Ercilla, a integração de Portugal, contada no canto XXXVII, mostra uma resolução do conflito que deveria servir de modelo para a do conflito chileno. Essas descrições geográficas veiculam uma mensagem política assente na reflexão ética sobre as relações com os inimigos.

Transcendem, portanto, a rivalidade entre as duas nações e mostram o interesse dos poetas por problemas territoriais comuns à história da península ibérica. Revelam assim um dos aspectos fundamentais da epopeia: a capacidade para apreender um território submetido a câmbios profundos, como foi o caso da Ibéria moderna com a expansão mundial e a incorporação de Portugal na monarquia espanhola. Nessa reflexão literária, compartilhada por vários poetas espanhóis e portugueses, ressalta a im-

15 É este o motivo da rebelião dos Araucanos no Canto I da *Primeira parte da Araucana* (oct. 67-68).

portância da obra de Jerónimo Corte-Real, poeta bilingue eclipsado durante muito tempo em Portugal pela sombra de Camões e quase-desconhecido em Espanha.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, H. J. S. *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quinhentista*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2001.
- ALVES, H. J. S. Teoría de la épica en el Renacimiento portugués. In: VEGA RAMOS, M. J.; VILÀ, L. (Eds.). *La teoría de la épica en el siglo XVI: España, Francia, Italia y Portugal*. Vigo: Academia del Hispanismo, 2010. p. 137-173.
- ALVES, H. J. S. Corte-Real, Jerónimo. In: AGUIAR E SILVA, V. M. (Ed.). *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Caminho, 2011a. p. 8-12.
- ALVES, H. J. S. Traduzir um poema português para o castelhano no século XVI: o Segundo Cerco de Diu de Jerónimo Corte-Real e a tradução de Pedro de Padilla. In: LABRADOR ARROYO, P. de; DIFRANCO, R. (Eds.). *La verdadera historia y admirable suceso del segundo cerco de Diu: estando Don Juan Mazcarenhas por Capitán y Gobernador de la fortaleza*. México: Frente de Afirmación Hispánica, 2011b. p. 25-47.
- ALVES, Hélio J. S. Presença da poesia portuguesa no Siglo de Oro. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA SEEPLU, 3, 2013, Cáceres. *Crisis y Ruptura Peninsular*. Carmen Comino Fernández de Cañete e Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita (Eds.). Cáceres: Universidad de Extremadura, 2014. p. 65-80.
- ASENSIO, Eugenio. La fortuna de *Os Lusíadas* en España. In: \_\_\_\_\_. *Estudios portugueses*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1974. (Civilização portuguesa, 2). p.303-324.
- AQUILA, August Joseph. *La Araucana: a sixteenth-century view of war and its effects on men*. Ann Arbor: Xerox University Microfilms, 1975.
- BETHENCOURT, F.; KIRTI N. Chaudhuri. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- BLANCO, M. *Góngora heroico: Las Soledades y la tradición épica*. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2012a.
- BLANCO, M. Sur les Frontières mouvantes de l'historiographie et de l'épopée: l' *Araucana* d'Alonso de Ercilla (1569-1589). In: BRAVO, P.; IGLESIAS, C.; SANGIRARDI, G. (Eds.). *La Renaissance Des Genres: Pratiques et Théories Des Genres Littéraires Entre Italie et Espagne (xv<sup>e</sup>-xvii<sup>e</sup> Siècles)*. Dijon: Presses de l'Université de Dijon, 2012b. p. 241-265.
- BUESCU, Ana Isabel. Aspectos do bilinguismo Português-Castelhano na época moderna. *Hispania*, vol. 64. núm. 216, p. 13-38, 2004.
- CAMÕES, L. de. *Os Lusíadas*. Lisboa: A. Gonçalves impressor, 1572.
- CORTE-REAL, J. *Sucesso do segundo cerco de Diu, estando don Joham Mazcarenhas por capitam da fortaleza, año de 1546*. ANTT, Códice Cadaval 31, 1569.
- CORTE-REAL, J. *Sucesso do segundo cerco de Diu, estando don Joham Mazcarenhas por capitam da fortaleza, año de 1546*. Lisboa: António Gonçalves, 1574.
- CORTE-REAL, J. *Espantosa y felicissima victoria cõcedida del cielo al señor Don Iuan d'Austria en el golfo de Lepanto, de la poderosa armada Othomana, en el año de nuestra saluacion de M.D.L.XXII*. BNE, ms. 3696, 1575.
- CORTE-REAL, J. *Felicísima Victoria concedida del cielo al señor don Juan de Austria en el golfo de Lepanto*. Lisboa: António Ribeiro, 1578.
- DICHY-MALHERBE, S. *Le Chili d'Ercilla: poésie géographique ou cartographie impériale?* Paris: Paris-Sorbonne, 2011.
- DOROSZLAÏ, A. *Ptolémée et l'hippogriffe: la géographie de l'Arioste soumise à l'épreuve des cartes*. Alessandria: Ed. dell'Orso, 1998.
- ERCILLA Y ZUÑIGA, A. de. *Primera, segunda, y tercera partes de La Araucana de don Alonso de Ercilla y Çuniga*. Madrid: Pedro Madrigal, 1590.
- ERCILLA Y ZUÑIGA, A. de. *La Araucana de don Alonso de Erzilla y Çuniga*. Madrid: Pierres Cossin, 1569.

- ERCILLA Y ZÚÑIGA, A. de. *Primera y segunda parte de La Araucana de don Alonso de Ercilla y Çuñiga*. Madrid: Pierres Cosin, 1578.
- ERCILLA Y ZÚÑIGA, A. de. *Tercera parte de La Araucana*. Madrid: Pedro Madrigal, 1589.
- GALPERÍN, K. The Dido episode in Ercilla's *La Araucana* and the critique of Empire. *Hispanic Review*, p. 31–67, winter 2009.
- GIL, F. Viagens do olhar: os mares dos *Lusíadas*. In: MACEDO, H.; GIL, F. (Eds.). *Viagens do olhar: retrospecto, visão e profecia no Renascimento português*. Porto: Campo das letras, 1998. p. 77–120.
- JESUS, Roger Lee Pessoa de. *O Segundo Cerco de Diu (1546): Estudo de História Política e Militar*. 2012. Tese (Mestrado em História) Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- LIDA DE MALKIEL, M. R. *Dido en la literatura española, su retrato y defensa*. Londres: Tamesis Books Limited, 1974.
- MARCOS DE DIOS, Ángel (Org.). *Aula bilingüe: investigación y archivo del castellano como lengua literaria en Portugal*. Salamanca: Luso-Española de Ediciones, 2008.
- MARTÍNEZ, M. *Prácticas y Representaciones Del Imperio*. Guerra, Imprenta y Espacio Social en la Épica Hispánica del Quinientos. New York: City University of New York, 2010.
- NICOLOPULOS, J. *The poetics of empire in the Indies: prophecy and imitation in La araucana and Os lusíadas*. University Park (Pennsylvania): The Pennsylvania State University Press, 2000.
- PLAGNARD, A. *La Felicísima Victoria* de Jerónimo Corte-Real: Lepanto en la encrucijada de España y Portugal. In: LARA GARRIDO, J.; DÍAZ ROSALES, R. (Eds.). *El canto de Calíope*. Recepción y canon de la épica culta española. Anejos de *Analecta Malacitana*. v. 87, (no prelo).
- PLAGNARD, A. *Une épopée ibérique*. Autour des œuvres d'Alonso de Ercilla et de Jerónimo Corte-Real (1569-1589). 2015. Tese. (Doutoramento em Estudos Românicos), Université Paris-Sorbonne, Paris.
- THOMAZ, L. F. A crise de 1565-1575 na história do estado da Índia. *Mare Liberum*. n. 9, p. 481–519, mar. 1995.